

AS ESCALAS DA NAÇÃO. NAÇÃO E NACIONALISMO NAS TRANSFORMAÇÕES DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO NO BRASIL

Mariana Vieira de Brito- Universidade Federal do Rio de Janeiro
marianavieiradebrito@gmail.com

RESUMO

A identificação e proteção do patrimônio cultural estão fortemente vinculadas à produção e escolhas de imagens sobre uma comunidade, sobre como esta se vê e quer ser vista. No caso dos patrimônios nacionais sua seleção é associada aos projetos de Estado e à forma como se deseja construir a “comunidade nacional”. A transformação desse projeto de construção de comunidade pode levar, por conseguinte, a uma transformação na seleção dos objetos que representam essas imagens. A questão da escala e de suas transformações nessa produção de imagens sobre o nacional nas políticas de patrimônio pouco tem sido estudada até o momento. Este então é o tema proposto nesse projeto.

Palavra-Chave: nação, identidade, escala, IPHAN, Geografia

O Estado brasileiro nos anos 1930 procurou implementar um ambicioso projeto de seleção e valorização de elementos de uma cultura dita brasileira, no qual foram escolhidos fatos, pessoas, artefatos e lugares que, segundo a narrativa oficial, teriam grande importância na constituição e no fortalecimento da nação. Era necessário se produzir uma história e uma geografia composta de símbolos e signos capazes de identificar e afirmar uma cultura brasileira autêntica que viesse a abarcar todo o território. Segundo Gonçalves (2003, p.41) “Acreditavam que, para identificar ou ‘redescobrir’ o Brasil, o país teria de retornar aos seus mais ‘autênticos’ valores nacionais, os quais estavam supostamente fundados no passado, assim como valores regionais”.

Como parte importante desse projeto de refundação do Estado-Nacional brasileiro, em 1937 foi criado o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN¹ – para identificar, proteger e legitimar os bens de valor nacional,

¹ Criado em 1937 como um Serviço dentro do então Ministério de Educação e Saúde do ministro Gustavo Capanema e sob direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a instituição mudou de nome
REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.664-676, 2013. (ISSN – 2237-1419) 664

a partir da atribuição de valor realizada por seu corpo de técnicos, majoritariamente constituído por arquitetos modernistas preocupados em produzir uma imagem singular da nação brasileira, segundo aponta Ribeiro (2007, p. 73).

Nos seus primeiros anos de ação, o foco da instituição privilegiou o barroco mineiro, eleito como representante de uma arte e cultura autenticamente brasileira, construída a partir de um modelo europeu, mas reapropriado e reinventado pelos nacionais. Constituía assim, segundo essa concepção, o próprio espelho do país que, a partir de influências múltiplas, teria construído uma nacionalidade própria.

Dentro da política federal de patrimônio nas ações de tombamento, havia a necessidade de atribuição de um “valor nacional”, legitimador dessa ação. . Dessa forma, o tombamento, ainda hoje a principal ferramenta no rol das políticas públicas de preservação de bens materiais no país, serviu como forma de valorização e proteção de determinados objetos, definindo-os como caros à memória coletiva nacional. Rubino (1996, p. 98) aponta que:

Os fatos memoráveis presentes nos primeiros bens tombados remetem a eventos e personagens ilustres. Em 1938 foram tombadas as casas onde nasceram ou viveram Gregório de Matos, José Bonifácio, a marquesa de Santos e Rui Barbosa, além da casa de banhos de Dom João VI.

Através do discurso de unidade nacional e de cultura os brasileiros deveriam se reconhecer como tal, aceitando a condição de integrante de uma comunidade política (Weber, 2004) e imaginada (Anderson, 2008), forjando um controle da representação da diferença entre populações, grupos sociais e territórios. Para Weber (2004) o povo de um Estado é propriamente um conjunto de habitantes de uma comunidade política, entretanto, ele pode não ser uma nação. Para haver uma nação é necessário certo sentimento de solidariedade específico, no qual a língua e a religião podem contribuir para este tipo de comoção. Gupta e Ferguson (2000, p. 38) apontam que “As discussões sobre o nacionalismo deixam claro que os Estados desempenham um papel crucial na política popular de construção do lugar e na criação de laços naturalizados entre lugares e povos”.

algumas vezes ao longo de sua existência até se consolidar nos dias de hoje como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Para evitar confusões desnecessárias, doravante, nesse trabalho, será utilizada a sigla atual para remeter à instituição, independente do período histórico.

Ao longo de décadas, a política de patrimônio cultural se renovou e se transformou e, no mesmo caminho, a seleção de objetos que produzem as imagens sobre o nacional. Neste sentido, o IPHAN vem acompanhando as recomendações da Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura - UNESCO que, atualmente, valorizam a diversidade presente nas culturas regionais e locais de distintos territórios, sendo o patrimônio encarado como dispositivo para a promoção da cidadania e valorização de identidades e pertencimentos locais. Foi neste espírito que a política de patrimônio imaterial foi estabelecida no Brasil nos anos 2000, colocando em questão velhas formas totalizantes de construção do nacional, calcada na valorização do patrimônio arquitetônico associado à historiografia tradicional. A partir das mudanças de paradigma abriu-se espaço para a valorização de elementos de caráter imaterial e de relevância local/regional.

Essa nova formulação visa transcender o material, compreender e dar visibilidade as diferenças através da atribuição de valor dada pelo IPHAN, viabilizando o fomento, a manutenção e a valoração da prática protegida, seja ele uma festa, uma feira, o “saber fazer”, uma manifestação cultural, entre outras. Segundo Fonseca (2003), passou-se a adotar uma concepção mais ampla de patrimônio, não mais focado nos objetos, monumentos, enfatizando as relações da sociedade com sua cultura. Essa abordagem segue as transformações que se implantaram nas ciências humanas, adotando diferentes enfoques, dando ênfase aos estudos culturais, destacando atores outrora excluídos e/ou minimizados nas grandes narrativas econômico-sociais. Esta transformação da escala, na maneira de entendimento do nacional, pode estar produzindo um outro olhar sobre o Brasil. Nesse sentido, o país que emerge da política de patrimônio imaterial, calcada numa escala diferente daquela dos primeiros anos de ação do IPHAN, pode ser consideravelmente distinto e essa transformação repercute diretamente sobre a formulação de políticas públicas.

A geografia possui uma longa tradição em analisar as políticas públicas e seus rebatimentos espaciais, entretanto, esta ainda pouco se debruçou sobre as ações da União como promotora de discursos que visem consolidar uma determinada comunidade imaginada (ANDERSON 2008) através da valorização e a seleção de escalas que melhor atendam suas expectativas neste sentido.

QUESTÕES

O trabalho visa estabelecer como o conceito de escala pode ser um instrumento de inteligência das políticas públicas patrimoniais, que direta ou indiretamente, criam representações sobre o território e por conseqüência rebatimentos espaciais. O IPHAN em sua longa trajetória vem produzindo discursos e ações que contribuíram para o fortalecimento e a valorização de certos aspectos culturais imbuídos em certas escalas.

Desta forma, o instituto vem selecionando e atribuindo valor a elementos que fazem parte de diferentes recortes em distintas propostas que tanto podem ser na escala local, a partir, por exemplo, da proteção de manifestações que somente são observadas em um único lócus como também na escala nacional como foi observado nos primeiros 30 anos do órgão federal. A partir do que foi dito, nota-se que as novas abordagens desempenhadas pelo Estado, principalmente a de cunho imaterial, os valores locais, e as manifestações imateriais são ressaltadas, diferentemente dos primeiros anos do IPHAN.

Desta forma, uma questão central guiará todo o trabalho:

Quais as implicações da transformação na escala dentro das políticas públicas para as representações do Brasil?

Porém, outras questões complementares apresentam-se como fundamentais e ajudarão a nortear os estudos que serão realizados. A elucidação destas questões fornecerá informações essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Colaborando em especial na compreensão das reconfigurações das políticas patrimoniais nacionais. São elas:

Qual é a relação entre o recorte espacial e a atribuição de valor e seleção dos bens?

De que modo as transformações na política de patrimônio estão associadas a transformações no trato com as escalas?

Como essas transformações afetam a atribuição de valor e a seleção de objetos a serem preservados?

Estas são, portanto, as questões primordiais da pesquisa proposta.

OBJETIVOS

A partir da problemática e das questões estabelecidas, busco pensar a escala como um meio de homogeneizar e heterogeneizar um determinado recorte espacial, para isso é necessário escolher com cautela e consciência a melhor escala de observação. Lacoste (1988, p.37) sugere que “A mudança da escala corresponde a uma mudança do nível da conceituação”.

Com isso o trabalho visa compreender como o Estado vem participando deste processo em seu território e com isso contribuído para forjar imagens e, com elas, identidades, dentre elas as territoriais. Para Castro (1995, p. 127) “Homogeneidade e heterogeneidade resultam da perspectiva de observação, fruto de uma escolha, consciente e explicitada”.

Este trabalho propõe-se investigar quais os recortes selecionados no decorrer do tempo pelo IPHAN, considerando as mudanças de mentalidades no seio da instituição e suas reconfigurações. A fim de compreender de que forma o Estado homogeneiza e/ou heterogeneiza seu território através do discurso patrimonial. Com isso a pesquisa visa estabelecer uma comparação entre o IPHAN em seus primeiros anos de existência e sua fase contemporânea a partir da década de 1970, a fim de conceber como as escalas foram eleitas ao longo do tempo, observando a ação pública através do uso desta categoria, que segundo Castro (1995) é a mediadora entre a ação e intenção, principalmente quando se trata das decisões do Estado sobre o território.

JUSTIFICATIVA

A escala é um recurso que vai além da relação entre as medidas do real e a das representações gráficas (CASTRO,1995). Neste sentido, o presente trabalho visa libertar esta ferramenta, fundamental da geografia, de uma perspectiva puramente matemática, a fim de ampliar seu uso dentro da ciência geográfica. Desta forma o trabalho se aplica como mais um incentivo em se trabalhar esta categoria a partir da geografia política.

A escala é uma ferramenta para a compreensão dos fenômenos, ela dá visibilidade a eles, é por este motivo que ela foi escolhida como elemento chave para a compreensão da ação pública no setor cultural e patrimonial. Com isso, o trabalho visa compreender os desdobramentos das escolhas do Estado ao optar por diferentes escalas em seu projeto de Nação brasileira. Racine, Raffestin E Ruffy (1983, p. 124) acusam a geografia de não ter criado um conceito de escala próprio, adotando o cartográfico. Para estes autores

A escala cartográfica exprime a representação do espaço como 'forma geométrica', enquanto a escala que poderíamos e, sob muitos aspectos, deveríamos qualificar de geográfica, exprime a representação da relação que as sociedades mantêm como esta 'forma geométrica'.

Propõe-se investigar a relação entre escala e política de preservação no Brasil, no âmbito de uma geografia contemporânea, que permita um melhor entendimento do território brasileiro a partir de um processo em curso. Além disso, a pesquisa se justifica como um esforço no desenvolvimento de análises que utilizem do referencial conceitual produzido pela geografia para a compreensão das ações e projetos, na área do patrimônio, ampliando sua agenda temática e seu campo empírico.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para Castro (1995, p.120) a escala é uma “estratégia de compreensão do real como representação”. Desta forma, procuro investigar a ação Estatal do ponto de vista patrimonial utilizando a categoria de escala como instrumento de inteligência dos processos e agentes envolvidos no ideário de nação. Brito (2006, p.103) afirma que

Escalas não são neutras por serem produzidas por processos heterogêneos e de conflito. Elas não estão a priori nem são geometricamente definidas. Elas são fruto de um processo de apropriação e de dominação do espaço e, por isso, carregam consigo todo um conteúdo estratégico e político.

Segundo o mesmo autor “As escalas são, portanto, produtos das ações sociais ao longo de processos históricos de confrontos envolvendo disputas que

perpassam por todas as escalas espaciais, na maioria das vezes acontecendo simultaneamente.” (BRITO 2006, p.104).

Neste trabalho a escala se insere como um instrumento de (re) configuração das políticas patrimoniais, as quais concorrem na produção da identidade nacional através da seleção de dimensões que favoreçam uma narrativa composta por bens/elementos que transmitam a ideia de comunidade imaginada (ANDERSON 2008). Desta maneira, Racine, Raffestin e Ruffly (1983) argumentam que a escala faz parte de um processo de “esquecimento coerente”, do qual é escolhido um subconjunto de elementos coerentes, a fim de se produzir o melhor recorte para uma determinada intenção. Estes autores apontam que:

Como primeira aproximação pode-se, definir a escala como uma função do esquecimento coerente que permita uma ação bem sucedida. A escala aparece desde então como um filtro que empobrece a realidade mais que preserva aquilo que é pertinente em relação a uma dada intenção. (RACINE, RAFFESTIN E RUFFLY, 1983, p. (128).

Com isso, o trabalho visa compreender de que forma se estabeleceu esse ‘processo de esquecimento coerente’ dentro da política de patrimônio brasileira. Segundo Castro (1995, p. 136):

A escala é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo em realidade percebida/concebida, é uma forma de dar-lhe uma figuração, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção mesma da natureza deste espaço, e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado. A escala, portanto, define modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas.

Neste sentido, concebemos a atuação do Estado, através do IPHAN, como o protagonista na produção, seleção de imagens e narrativas que resultem em representações lógicas e coerentes do Brasil. Desta forma, substituindo o “real” por sua representação, isto se dá através da seleção de escalas, que são um modelo espacial. Assim, o trabalho propõe se analisar a trajetória da política patrimonial brasileira através deste conceito.

A partir da renovação da instituição houve um redimensionamento e rediscussão das estratégias de produção de imagens e representação do território. No qual migrou-se para a valorização da escala local como forma de acolher e

valorizar as diferenças presentes no território. Com isso, a dimensão local ganha status de protagonista e outros marcos foram estabelecidos na (re) configuração da política patrimonial brasileira.

Manifestações e elementos das culturas anteriormente marginalizadas ou simplesmente esquecidas dentro do primeiro quadro de referências nacionais são postas em evidência a partir da valorização da escala local. É importante ressaltar que como aponta Massey (2000, p.185) “os lugares não tem ‘identidades’ únicas e singulares: eles estão cheios de conflitos internos”, desta maneira o trabalho não concebe o lugar como natural e monolítico, sendo este processo de interações sociais mutáveis.

Outro importante conceito a ser trabalhado é o de identidade, que segundo Woodward (2009) é fortemente marcada e definida pela negação do diferente. Ela é fundamentalmente relacional, constituída por símbolos e linguagens que são parte de um sistema simbólico e social. As identidades são forjadas a partir das representações que produzem práticas ligadas a sistemas simbólicos juntamente com símbolos que realizam a mediação com o real. Assim, podemos afirmar que as escalas formam um recurso utilizado pelo Estado no estabelecimento da identidade nacional.

Segundo este mesmo autor uma característica importante para a (re) produção das identidades é o apelo à história ou ao mito fundador na tentativa de legitimar a identidade a qual se quer reforçar, com o risco de criar novas identidades em relação à anterior. Outra estratégia neste sentido é estabelecida por uma marcação simbólica, são elementos que representam uma determinada identidade na tentativa de auto-afirmação em relação ao diferente, apresentando as suas características que devem contrastar em relação ao outro. “Na afirmação das identidades nacionais, por exemplo, os sistemas relacionais podem incluir um uniforme, uma bandeira nacional ou mesmo os cigarros que são fumados.” (WOODWARD, 2009, p. 14).

No caso brasileiro, através da atuação do IPHAN, o que se observa é uma espécie de transição na seleção dos símbolos legitimadores do nacional. Enquanto na primeira fase os elementos simbólicos (o barroco mineiro e construções modernistas) “costuravam” a identidade de toda uma nação através da ideia de uma

pretensa unidade, atualmente, temos que a seleção de objetos se dá através da valoração de elementos caros à memória local, através da ideia de diversidade.

Nota-se que a estratégia de construção e afirmação identitária nacional sofreu um alargamento com a atribuição de valores em diferentes escalas, não havendo uma dicotomia entre local e nacional. As múltiplas identidades locais, agora “reconhecidas” e valorizadas, concorrem para a formação de um Brasil plural e coeso.

OPERACIONALIZAÇÃO PREVISTA

Com a finalidade de se atingir os objetivos propostos, é imprescindível estabelecer uma metodologia que auxilie no processo de aquisição de informações e de análise. Desta forma, alguns passos importantes serão dados:

Inicialmente será realizada uma revisão bibliográfica necessária à *discussão teórico-conceitual*. Temas e conceitos fundamentais para o trabalho, como o conceito de patrimônio cultural, escala, identidade nacional/local, sobretudo a partir de uma ótica da Geografia Cultural e da Geografia Política.

Em seguida será realizada uma *pesquisa em duas fontes principais*: o **Livro de Belas Artes**², criado no Decreto lei nº 25 de novembro de 1937, com o objetivo de proteger “as coisas da arte erudita, nacional ou estrangeira”. O livro foi escolhido por, segundo Fonseca (2005), concentrar um número elevado do total de inscrições e por possuir, segundo os técnicos do instituto, grande valor estético condizente com os valores incorporados ao projeto político proposto nos primeiros anos da instituição. Segundo Ribeiro (2007, p.75) “houve uma hierarquização dos livros, embora não fosse reconhecido oficialmente” e o livro de Belas Artes encontrava-se no topo desta classificação, por ser o responsável por resguardar os bens que possuíssem maior valor estético, característica prioritariamente valorizada pelos profissionais do instituto.

. Esta fonte tem por objetivo compreender a 1º fase da instituição, também conhecida como fase heróica, momento de constituição do IPHAN, no qual houve a

² Para fins de inscrição dos bens tombados, existem quatro livros de tombo: Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro Histórico, Livro de Belas Artes e Livro de Artes Aplicadas. Esse último entrou em desuso, e dele constam apenas quatro inscrições.

forte preocupação em proteger um conjunto de bens condizentes com o projeto de fortalecimento e consolidação dos valores nacionais, havendo uma gama de bens que através dos discursos/justificativas se integrassem a esfera de bens caros a nação.

Em seguida será investigado o IPHAN em sua fase de renovação e mudança de postura, tal período se inicia no final década de 1970 quando da gestão de Aloísio Magalhães³ e se estende até a fase atual, culminado no Decreto nº 3.551/2000 que instituiu o registro dos bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Neste mesmo decreto foi instituído o “Registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro” e criado os livros para o registro de forma a contemplar esta nova formulação a respeito das manifestações culturais nacionais. Os quatro livros de Registro são: o Livro dos “Saberes”, o das “Celebrações”, o das “Formas de Expressão” e o **Livro dos “Lugares”**. Eles expressam a ampliação do conceito de patrimônio e também uma valorização da diversidade presente nas culturas regionais e locais dos distintos territórios.

Dentre esses livros, o **Livro dos Lugares** foi escolhido como fonte primária para se analisar os marcos territoriais estabelecidos pela União na constituição da cultura nacional. Este insere como itens a serem inscritos “mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentrem e se reproduzam práticas culturais coletivas.”

Desta maneira, o recorte temporal da pesquisa vai de 1937, ano de criação do IPHAN, até os dias atuais. As fontes primárias para tal investigação serão, principalmente, os processos de inscrição de bens no **Livro de Belas Artes** e no **Livro dos Lugares**, estes abarcam uma extensa gama de inscrições e dossiês de bens, que segundo a atribuição de cada livro é passível de proteção e/ou registro dentro dos parâmetros de seus respectivos propostos em lei. Assim, serão analisados dois momentos marcantes na história das políticas públicas de patrimônio nacional.

³ Diretor do IPHAN, de 1979 a 1982, responsável em modernizar a instituição a partir da aproximação da antropologia social e cultural.

Tais processos são os registros das medidas de proteção e valorização dos bens que, segundo a instituição analisada, são caros ao país. Para Anderson (2008, p.28) a questão nacional ainda possui forte apelo:

A realidade é muito simples. Não se enxerga, nem remotamente, 'o fim da era do nacionalismo', que por tanto tempo foi profetizado. Na verdade, a condição nacional (nation-ness) é o valor de maior legitimidade universal na vida política de nosso tempo.

Será problematizada, portanto, a seleção levada a cabo pelo IPHAN dos bens utilizados para criar e ratificar os discursos sobre o Brasil no esforço de uma construção da identidade nacional, no qual o conceito de escala tem ganhado cada vez mais relevância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito ao relacionamento entre patrimônio imaterial e identidade, há uma complementaridade pouco explorada pela Geografia. Nota-se que nos últimos anos esta ciência vem incorporando o patrimônio cultural à sua agenda temática, gerando proeminentes objetos e questões para as suas áreas de estudo. Le Bossé (2004) considera que:

“Os geógrafos se interessam particularmente pela identidade dos lugares e pelos papéis que eles desempenham na formação de consciência individuais e coletivas. Observando como as pessoas, sujeitos e agentes geográficos recebem e percebem, constroem e reivindicam identidades cristalizadas em suas representações e em suas interpretações dos lugares e das relações espaciais.” (p. 158)

Nota-se que a estratégia de construção e afirmação identitária nacional sofreu um alargamento com a atribuição de valores em diferentes escalas, não havendo uma dicotomia entre local e nacional. As múltiplas identidades locais, agora “reconhecidas” e valorizadas, concorrem para a formação de um Brasil plural e coeso, sendo a criação dos Livros de Lugares uma expressão desse processo.

Assim, observa-se que o Estado possui papel de destaque na produção de identidade, segundo ALENCAR, A. L (2005, p.9)

“Desde o século XIX, sobretudo a partir do período da regência, o Brasil vem sendo reinventado pelos brasileiros, criações onde aparecem imbricados a elaboração de símbolos, de mitos, de instituições e a afirmação de um ideário nacionalista.”

O IPHAN, a partir de 1937, se insere como o órgão que ao longo de sua trajetória contribuiu para as principais formulações e ações ligadas a identidade nacional. Entretanto, esse protagonismo do órgão tem sido pouco explorado nos estudos ligados a identidade nacional e a nação.

Este trabalho foi submetido ao Programa de pós graduação em Geografia em Dezembro de 2012 e por isso ainda se encontra em desenvolvimento. Neste sentido, busco trocar experiência, abordagem, conteúdos e reflexões com os colegas participantes do III Simpósio Nacional de Geografia Política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- BRITO, M. A. A importância das escalas espaciais para a compreensão do processo de globalização. In.: Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC-UFRG. Jan. – Jun.vol.2, nº1 2006.
- CARDOSO, F. N. G. “Diversidade cultural e identidade nacional aspectos da política federal de registro de bens culturais de natureza imaterial”. **Patrimônio: Práticas e reflexões**. Rio de Janeiro. IPHAN, 2007.
- CASTRO, I.E. O problema da escala. In: **Geografia: conceitos e temas**. (Org.). I. E. Castro, P.C.C. Gomes e R.L. Corrêa. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1995
- CASTRO, I.E. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M. A. (Org.). Natureza e Sociedade hoje: uma leitura geográfica. São Paulo. Hucitec, ANPUR, 1997.p. 56-63.
- FERGUSON, J., GUPTA, A., Mais além da “Cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: O espaço da diferença. São Paulo. Papirus. 2000.
- FONSECA, Cecília Londres. **O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2005.

FONSECA, M. C. L. “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.) **Memória e patrimônio: Ensaio contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

LACOSTE, Yves (1988). **Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, Papirus.

WEBER, Max. Comunidades políticas. In:_____. **Economia e Sociedade Fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo. Editora UNB. 2004.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2009. p. 7-72.

GONÇALVES, J. Reginaldo. “A identidade brasileira”. In: **A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro. UFRJ/ IPHAN, 2002, pp. 37-61.

RACINE, J. B., RAFFESTIN, C., RUFFY, V. Escala e ação, contribuição para uma interpretação do mecanismo da escala na prática da Geografia. Rio de Janeiro, 45 (1): 123 – 135, jan. / mar. 1983.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e patrimônio**, IPHAN/ Copedoc. Rio de Janeiro 2007.

RUBINO, Silvana. “O mapa do Brasil passado”. In.: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 24, 1996, pp. 97- 105.